



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24, 25, 26 e 27 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 27/01/2015

Assunto: Salário

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

GOVERNO DEFINE SALÁRIOS DOS PROFESSORES

Uma nova reunião entre o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e os técnicos das secretarias da Administração e da Fazenda foi realizada ontem para tratar da nova tabela salarial dos professores da rede estadual de ensino. Há duas prioridades neste momento: pagar o novo piso salarial e descompactar a tabela salarial, beneficiando mais os professores com titulação e em fim de carreira.

O professor Eduardo Deschamps tem repetido que "o foco deste ano é a descompactação". Os quadros examinados estão prevendo melhoria salarial para o magistério, a partir da metade da carreira.

Há consciência dentro da Secretaria da Educação e do governo de que os reajustes anuais do piso salarial aproximaram demais o teto e o piso, com prejuízos para os professores que têm mais tempo de serviço e maior número de títulos. A ideia é corrigir estas distorções.

Sobre a aplicação do piso, a partir deste mês o governo trabalha com duas hipóteses: ou paga apenas o piso aos que têm direito em folha suplementar ou efetua os créditos na folha de fevereiro, já com as novas tabelas salariais aprovadas pela Assembleia.

O secretário Eduardo Deschamps pretende convidar os professores para rodadas de negociação nesta semana.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 27/01/2015
Assunto: Material Escolar		Página: 38

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO

Com relação à volta às aulas, só quem tem filhos no colégio percebe a alta nos preços de borracha, caderno, lápis e caneta. Continua valendo a máxima: o professor ainda é o material escolar mais barato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 24/01/2015

Assunto: Prioridades

Página: 14

DIÁRIO CATARINENSE

TODOS PELA EDUCAÇÃO



OCTÁVIO LEBARBENCHON NETO
Presidente da ADVB/SC

Começamos o ano ouvindo do governo federal que entre as prioridades desta gestão estão a educação e a formação do povo brasileiro. Antes tarde do que nunca. Estamos atentos e torcendo para que efetivamente as palavras-tornem-se ações. Acreditamos nisso.

Nós da ADVB catarinense, desde a sua criação há 30 anos e especialmente nos últimos oito anos, temos dedicado nossos esforços e conhecimentos para fortalecer um de nossos pilares, a capacitação. Entendemos que nenhum país, sociedade ou pequeno bairro sobrevive sem que dediquemos muitas horas a formação das pessoas.

O pior dos apagões é o apagão da inteligência. Nunca foi tão importante focar na qualificação profissional. O empirismo é uma pista escorregadia. Se você for muito talentoso, poderá escapar de um acidente. No entanto, nada melhor do que o conhecimento para entender os riscos desta pista lisa e rápida que é a vida no mundo dos negócios. A ADVB dedica horas do seu planejamento e ação, investindo, lançando e promovendo cursos de curta, média e

longa duração em negociação, vendas, e marketing. Entendemos que somente o aprendizado poderá dar versatilidade intelectual.

Já diziam os bons acadêmicos que a boa teoria junto com a prática aumenta a velocidade dos resultados. Não há como inovar e criar novos produtos ou serviços sem que possamos discutir o novo mercado que está aí na nossa frente. Descobrir novos nichos, criar e encontrar os desejos de consumo que possam melhorar a vida das pessoas exigem mentes borbulhando, lançando para fora delas uma inteligência criativa que somente a capacitação continuada permite.

Se quisermos ser uma nação mais criativa, precisamos investir nas pessoas

Se quisermos ser uma nação mais criativa, precisamos investir nas pessoas. A ADVB se orgulha de ter em seu DNA a capacitação. Temos a crença de que ela fará a diferença em um mundo tão competitivo e desafiador. Todos pela educação, este é o lema.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Economia

Data: 26 /01/2015

Assunto: Investimentos

Página: 12

Notícias do Dia

Educação

O Brasil investe 4,97% do PIB com educação. Não falta recurso. Sobra desperdício e corrupção. Falta vontade política para que a educação seja a principal fonte da democracia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Região

Data: 27 /01/2015

Assunto: Sisu

Página: 18

Notícias do Dia

ESTADO PREENCHE 836 VAGAS

VIVIANE DE GÊNOVA

viviane.genova@noticiasdodia.com.br

@ND: Online

O resultado da primeira seleção de 2015 do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) foi divulgado ontem. O programa do governo federal, que utiliza notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para preencher vagas em instituições públicas de ensino superior, ofertou 205 mil vagas em todo o país. Em Santa Catarina, 836 foram preenchidas.

Estudantes que se inscreveram

para concorrer no IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina) puderam escolher entre 24 cursos superiores de 11 cidades, incluindo a Capital, com 154 ofertas. No instituto, 50% das vagas são preenchidas por meio do sistema e o restante é pelo vestibular. A Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina) disponibilizou 25% do total de vagas (396 aprovações). Os estudantes puderam optar entre 43 cursos em seis campi.

Somente puderam concorrer estudantes que fizeram o Enem

2014 e não zeraram na redação. As matrículas dos aprovados deverão ser feitas de 30 de janeiro a 3 de fevereiro, nas instituições onde concorreram às vagas. Quem não foi aprovado na primeira oportunidade terá mais uma chance na lista de espera. Mas é preciso se candidatar novamente pelo site do Sisu até o próximo dia 6 e apenas para primeira opção de curso.

A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) não aderiu ao Sisu, mas analisa participar de maneira parcial no próximo ano.

Prouni recebe inscrições

Quem não foi selecionado pelo Sisu ainda tem a opção de tentar uma vaga em um curso de ensino superior pelo Prouni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas.

Podem concorrer as vagas estudantes com deficiência ou que tenham cursado o ensino médio na rede pública ou como bolsista em escola particular. As inscrições são gratuitas e vão até a próxima quinta-feira, somente pelo endereço siteprouni.mec.gov.br. Na página, o candidato deverá informar o seu número de inscrição e sua senha no Enem de 2014.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Portal

Data: 27/01/2015

Assunto: Direitos

Página: 02

A NOTÍCIA

Alternativas

A direção da Escola Dr. Paulo Medeiros, no Adhemar Garcia, e a Gerência de Educação da SDR vão ter trabalho para definir onde os mais de mil alunos dos ensinos fundamental e médio vão começar o ano letivo. A escola foi praticamente destruída por um incêndio no fim de semana, e o início das aulas está previsto para 9 de fevereiro. Qualquer obra agora obrigará a retirada dos alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Portal

Data: 27/01/2015

Assunto: Incêndio

Página: 02

A NOTÍCIA

Destruição



PEDRO MACHADO

O incêndio no Colégio Estadual Dr. Paulo Medeiros também destruiu uma porção de materiais escolares, ontem à tarde, no bairro Adhemar Garcia. Ao que tudo indica, foi uma ação de vandalismo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Cidade	Data: 26/01/2015
Assunto: Incêndio		Página: 12

A NOTÍCIA

INCÊNDIO ATINGE PARTE DE ESCOLA

Um incêndio na tarde de ontem atingiu parte da Escola Estadual Dr. Paulo Medeiros, no bairro Adhemar Garcia, zona Sul de João de Deus. O Corpo de Bombeiros foi acionado e controlou as chamas rapidamente. Ainda não se sabe as causas do acidente, mas indícios apontam que o incêndio foi criminoso, segundo profissionais que atenderam a ocorrência. A perícia começaria a ser feita ainda no domingo, informou Márnio Luiz Pereira, coordenador operacional da Defesa Civil na cidade.

Moradores relataram que uma grande nuvem de fumaça preta tomou conta da rua Antônio José da Costa, onde fica a escola, por volta das 17 horas. O fogo destruiu completamente pelo menos duas salas de aula e um depósito onde ficava guardado material escolar. Quilos de papel, diversos livros e cadernos e outros itens que seriam usados neste ano letivo foram perdidos. A sala dos professores foi o local

mais atingido.

Nas salas menos afetadas, cortinas foram queimadas, vidros das janelas foram quebrados e o forro do teto ficou comprometido. Em outras duas, os bombeiros identificaram tentativa de incêndio, mas o fogo não se alastrou.

A assessora da direção da escola, Luciane de Lima Cunha, contou que atos de vandalismo são comuns na unidade, mas que um incidente dessa proporção não havia sido registrado até então. Ela ainda não sabe o tamanho do prejuízo.

– Ainda precisamos fazer um levantamento da situação. Não posso precisar valores, mas o prejuízo será muito grande para alunos e professores – lamenta.

A Escola Dr. Paulo Medeiros tem cerca de mil alunos, entre estudantes do ensino fundamental e médio. O início das aulas está previsto para 9 de fevereiro. Ainda não se sabe se o incidente vai afetar a programação escolar.



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Política

Data: 23/01/2015

Assunto: Posse

Página: 06



CORREIO LAGEANO

Posse na Gered



Elza Moretto participou da posse do novo gerente da Gered

O deputado estadual Gabriel Ribeiro acompanhou, ontem, a posse do professor Humberto de Oliveira na Gerência Regional de Educação. São amigos pessoais

e a indicação foi dele, por conta da cota do PSD. A secretária adjunta da Educação, Elza Moretto, fez questão de acompanhar o ato de posse de Humberto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano

Editoria: Raul Sartori

Data: 23/01/2015

Assunto: Indicação

Página: 20



CORREIO LAGEANO

● **INDICAÇÃO POLÍTICA** | Este espaço tem sido testemunha de como é maléfica à educação a indicação de diretores de escolas de SC com viés partidário. Por isso apoia projeto em análise no Congresso Nacional que estabelece a predominância de critérios de mérito, nos quais é considerada a avaliação de rendimento dos estudantes para os quais o docente tenha lecionado, além de conhecimento e aptidão ao exercício do cargo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 24/01/2015
Assunto: Indicação		Página: 20



CORREIO LAGEANO

● **INDICAÇÃO POLÍTICA 1|** O atencioso secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, faz a observação pertinente: pelo decreto 1794, de 15 de outubro de 2013, deu-se fim ao processo de seleção de diretores de escolas por indicação política. Os diretores são selecionados a partir

de critérios, como ter curso de gestão escolar de no mínimo 200 horas; elaborado plano de gestão da escola com metas de desempenho dos estudantes para quatro anos, por exemplo. Após a nomeação, ele passa a ser avaliado anualmente, pela Gerência de Educação e conselho escolar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira

Editoria: Blog Moacir Pereira

Data: 27/01/2015

Assunto: Reajuste

Página: Online



Professores: proposta salarial será apresentada esta semana

Uma nova reunião entre o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e os técnicos das Secretarias da Administração e da Fazenda, foi realizada ontem para tratar da nova tabela salarial dos professores da rede estadual de ensino. Há duas prioridades neste momento: pagar o novo piso salarial e descompactar a tabela salarial beneficiando mais os professores com titulação e em fim de carreira.

O professor Eduard Deschamps tem repetido que "o foco deste ano é a descompactação". Os quadros examinados estão prevendo melhoria salarial para o magistério, a partir da metade de carreira. Há consciência dentro da Secretaria da Educação e do governo que os reajustes anuais do piso salarial aproximaram demais o teto e o piso, com prejuízos para os professores que tem mais tempo de serviço e maior número de títulos. A ideia é corrigir estas distorções.

Sobre a aplicação do piso, a partir de janeiro, o governo trabalha com duas hipóteses: ou paga apenas o piso aos que tem direito em folha suplementar ou efetua os créditos na folha de fevereiro, já com as novas tabelas salariais aprovadas pela Assembleia.

O secretário Eduardo Deschamps pretende convidar os professores para rodadas de negociação esta semana.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 27/01/2015
Assunto: Volta às aulas	Página: Online	



Ano letivo começa dia 9 de fevereiro em SC

Da assessoria da Secretaria da Educação:

“Aproximadamente 540 mil alunos da rede pública estadual retornam às escolas dia 9 de fevereiro. Em encontro nesta segunda-feira, o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps e sua equipe de diretores receberam os secretários Regionais, gerentes de Educação e os supervisores de Educação Básica e Profissional, de Apoio ao Estudante e de Desenvolvimento Humano das SDRs. Os profissionais foram recepcionados no Instituto Estadual de Educação (IEE), pelo Coral da escola.

O objetivo: repassar informações e orientações sobre o ano letivo, com destaque ao início das aulas no próximo dia 09 de fevereiro. Os professores, a partir do dia 04, já estarão nas unidades de ensino para reunião de planejamento pedagógico.

Durante a abertura, com a presença da secretária Adjunta Elza Marina Moretto, o secretário apresentou os diretores da instituição e os novos Gerentes Regionais de Educação. “Queremos que as escolas iniciem com tudo organizado. Nenhum estudante poderá ficar fora da sala de aula e o trabalho para que isso aconteça é coletivo: uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação com a de Desenvolvimento Regional”, explica Deschamps.

Em seguida, orientações específicas serão detalhadas pelos diretores de Educação Básica e Profissional, Administração Financeira, Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Tecnologias e Apoio ao Estudante. Na pauta, assuntos como hora-atividade, enturmação, alimentação escolar, mobiliário, programas e convênios, dentre outros.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 27/01/2015
Assunto: Transporte		Página: Online

[PeloEstado]

Transporte escolar O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, o diretor de Apoio ao Estudante, Osmar Matiola, e técnicos da Secretaria terão reunião hoje com a presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Astrit Maria Savaris Tozzo, e o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Hugo Lembeck, para tratar dos custos referentes ao transporte escolar dos estudantes da rede pública estadual em 2015.

Qualidade No ano passado, o investimento foi de R\$ 87,1 milhões e mais de 135 mil estudantes foram beneficiados. O transporte escolar é feito em parceria com os municípios catarinenses. A qualidade do serviço é outro assunto recorrente entre as entidades e no ano passado um grupo de trabalho foi formado para estudar e aplicar ações de melhoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/01/2015
Assunto: Orçamento		Página: Online



NOS 4 ANOS DE DILMA, MEC TEVE A PIOR EXECUÇÃO DE ORÇAMENTO DESDE 2001

O primeiro governo da petista ampliou os recursos destinados à Educação, mas gastou efetivamente 77% do dinheiro disponível, média menor que Lula e FHC

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

O primeiro governo de Dilma Rousseff (PT) ampliou recursos destinados à Educação, mas seu mandato registrou a menor média de gasto efetivo do orçamento autorizado desde 2001. Nos quatro anos da gestão, o Ministério da Educação (MEC) gastou efetivamente apenas 77% do dinheiro disponível. Essa média é menor que a execução de fato do orçamento total, que foi de 82% no período. As contas expressam uma contradição.

Cada vez o País tem mais dinheiro para Educação – chegando a um orçamento de R\$ 101 bilhões em 2014 –, mas ao mesmo tempo uma fatia menor desse dinheiro é gasta. Restrições orçamentárias, investimentos em obras inacabadas e falhas de gestão são alguns dos motivos apontados por especialistas. Para o segundo mandato, a presidente lançou o slogan “Brasil, Pátria Educadora”.

Além de o percentual pago sobre o orçamento autorizado ser menor em Educação do que a média total, a primeira gestão teve execução abaixo do registrado nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e nos dois últimos anos da gestão Fernando Henrique Cardoso (veja o gráfico). Os dados foram analisados a partir da plataforma Mosaico, criada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGVDAPP). As informações são extraídas do Siga Brasil, sistema do Senado de acesso à execução do orçamento.

Em 2014, ano eleitoral, houve a maior execução no orçamento da MEC desde o início da gestão: foi gasto 79% do total autorizado para o órgão. Mesmo a melhor marca de execução do governo, registrada no ano passado, é ainda menor que a de todos os anos entre 2001 e 2010. Desde o começo da década passada, a pior execução ocorreu com Dilma. Foi em 2012, quando 73% do dinheiro direcionado à Educação foi de fato pago – no orçamento total daquele ano, a média de gasto havia sido de 83%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O orçamento tem quatro passos principais: a autorização de gasto, o empenho (em que o governo indica o pagamento), o liquidado (quando o serviço é executado) e o pago. Esse último estágio é quando o dinheiro foi de fato transferido. No caso de obras, o pagamento ocorre apenas quando tudo foi entregue.

Os números não levam em consideração restos a pagar, que são empenhos do orçamento de um ano que podem ser usados em exercícios seguintes. O MEC defende que o grau de empenho foi elevado (mais informações nesta página). Motivos. De acordo com o coordenador de Pesquisa da FGV-DAPP, Rafael Martins de Souza, vários fatores colaboram para uma execução baixa. “Pode haver mudança de prioridades do governo, mas alguns gastos são de execução mais difícil, como ocorre com obras.”

Especialista em financiamento da Educação, o Professor Nelson Amaral, da Universidade Federal de Goiás (UFG), diz que já havia detectado em seus estudos queda na efetivação dos orçamentos anuais da Educação desde o ano de 2008. “O nível de investimentos, além do custeio, foi se intensificando, sobretudo nas obras das universidades federais. Empenha-se muito, mas as obras atrasam e não se paga.”

O Professor Amauri Fragoso de Medeiros, tesoureiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), afirma que o MEC tem deixado para empenhar os recursos no fim do ano. “Os empenhos chegam em dezembro e não dá mais tempo de gastar. É a estratégia do governo há muito tempo. Assim, os recursos passaram a ser devolvidos sem que as universidades cumpram os orçamentos.”

O Professor Rubens Barbosa de Camargo, da USP, lembra que o governo federal tem segurado recursos. “Gastar dinheiro público tem múltiplos interesses e procedimentos não tão simples. Qualquer tipo de economia leva a atrasos.” Ampliação. Mesmo com execução orçamentária abaixo da média, os gastos com Educação tiveram forte ampliação no governo Dilma.

Nos quatro anos, a área recebeu R\$ 265 bilhões, valor nominal 93% superior ao gasto no segundo mandato do governo Lula. Se os valores de cada ano são atualizados pela inflação, essa alta é de 55%.

Já entre 2003 e 2010 o orçamento da Educação havia mais que dobrado. No governo Dilma, foi a primeira vez que a proporção da Educação passou a representar mais de 5% do orçamento previsto e também do gasto.

Leia matéria no site original aqui



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Apesar do Ensino fundamental e do médio representarem grandes gargalos educacionais para o País, com baixos indicadores de qualidade e também de acesso, a proporção do orçamento da área reservada para a Educação básica diminuiu ao longo dos anos do governo Dilma Rousseff (PT).

Gastos com Educação profissional e Ensino superior avançaram no período, segundo análise do orçamento por função. No primeiro ano do governo, em 2011, as Transferências para Educação básica (gastos com convênios com Estados e Prefeituras, por exemplo) representavam 23% do orçamento autorizado da Educação. No ano passado, o percentual passou a 15%.

Os dados são da plataforma Mosaico, organizada pela FGV-DAPP. Se levar em consideração apenas o gasto pago, essa despesa representou 14% do total executado.

As transferências significaram R\$ 11,2 bilhões no ano de 2014, montante 19% menor que o transferido em 2011 (em valores atualizados pela inflação). A chamada subfunção Educação básica também teve participação menor no orçamento. Os gastos com esse tópico representavam 8,33% do total pago da Educação de 2012, primeiro ano em que essa classificação foi usada.

Em 2014, caiu para 7%, com gastos de R\$ 5,4 bilhões – o mesmo volume de 2012, quando feita a correção pela inflação. Segundo o coordenador da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Daniel Cara, as informações são preocupantes. “Existe uma contradição entre o discurso do governo e o nível de execução do orçamento. Mas na Educação básica está a maior. Significa que os programas do governo não estão dando conta de suprir as necessidades, os convênios não estão saindo”, diz.

O Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado, impõe entre as metas a maior colaboração da União nos gastos. Hoje, Estados e municípios arcam com os maiores gastos da Educação básica.

O MEC defende que os recursos para a Educação básica estão aumentando. A partir de outro recorte do orçamento, que inclui merenda Escolar, por exemplo, indica que os gastos passaram de R\$ 22 bilhões em 2011 para R\$ 30 bilhões em 2014. Mas também nesse recorte a comparação com o geral reflete queda proporcional: passou de 33%, em 2011, para 31%, em 2014, sobre o total. Superior.

Enquanto a participação da Educação básica diminuiu, duas bandeiras do governo Dilma ganham espaço: o financiamento estudantil (Fies) e o Ensino profissional, cuja maior estrela é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A participação dos gastos com Ensino Profissional sobre o total pago passou de 8% em 2011 para 13% em 2014, chegando a R\$ 10 bilhões. Já os serviços financeiros de empréstimos passaram de 5,69% para 14,89%, com R\$ 12 bilhões pagos.

Leia matéria no site original aqui



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ministério alega empenho de 99% do autorizado

O Ministério da Educação (MEC) defende como execução o percentual de orçamento empenhado. Segundo nota da pasta, o governo empenhou 99% do orçamento autorizado de 2014.

O mesmo índice é apontado nos outros três anos do governo Dilma Rousseff (PT). “Só pode haver pagamento mediante a entregue efetiva do produto/serviço por parte do fornecedor”, argumenta a pasta. O valor empenhado é o primeiro estágio da despesa pública. “O empenhado é uma indicação que o governo vai gastar recursos. É artifício utilizado no fim do ano para garantir recursos do orçamento. Se não empenhar, você perde”, explica a pesquisadora da FGV-DAPP Andressa Falconiery.

No ano passado, o governo federal realizou alguns contingenciamentos de recursos. Houve atrasos, por exemplo, em bolsas de mestrado e doutorado desde novembro, como o Estado revelou em dezembro. Segundo a pasta, os pagamentos foram liberados para processamento no dia 9 de janeiro.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em que há repasse para Escolas estaduais e municipais, também teve atrasos. O MEC ressaltou em nota que analisar o percentual pago apenas em relação à dotação autorizada, sem levar em consideração o crescimento do volume de pagamentos “não demonstra o que efetivamente ocorreu”. Em 2014, foram gastos R\$ 79,7 bilhões, ante R\$ 53,6 bilhões em 2011 – aumento de 49% no valor nominal.

Com a atualização inflacionária, o salto de pagamentos foi de 25%. Entretanto, o governo deixou de gastar nos quatro anos cerca de R\$ 88 bilhões de orçamento autorizado e não pago (em valores atualizados pela inflação).

Corte. O freio nos gastos já está valendo neste ano. Enquanto o orçamento de 2015 não é aprovado, foi congelado um terço das despesas de custeio. Só no MEC, a estimativa de corte é de R\$ 7 bilhões no ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/01/2015
Assunto: Pátria educadora		Página: Online



OPINIÃO: PARA SER DE FATO UMA PÁTRIA EDUCADORA

"É possível haver desenvolvimento quando somente 47,7% de alunos que iniciam o estudo Fundamental o concluem?", questiona Carlos Alberto Rabaça

Fonte: O Globo (RJ)

Estamos no século 21 com uma evidência: o crescimento econômico depende da qualidade da informação e, esta, da qualidade da Educação. O lugar privilegiado da modernidade econômica é ocupado pelos criadores e produtores de informações, mais do que produtos materiais. A Educação se transformou na base da produtividade.

O abismo da pobreza nos países do chamado Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, traduz-se em níveis sofríveis de Educação. Relatório do Banco Mundial mostra que todas as semanas os Alunos das Escolas públicas brasileiras perdem o equivalente a um dia inteiro de aula por causa do absentéismo e da baixa qualificação dos Docentes.

Um recente estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), espécie de clube dos países ricos, mostra que nosso país ainda tem muito chão a percorrer antes de se comparar ao Primeiro Mundo. Recentemente tivemos a notícia de que o Enem reprova 43% das Escolas estaduais.

Colégios da rede pública não atingem grau mínimo para comprovar conhecimento. De fato, a estabilidade política, as conquistas democráticas e o bem-estar econômico não se sustentam sem o acesso crescente do povo à Educação. Um dos problemas do setor público que se refletem negativamente na qualidade do Ensino é a dificuldade de se planejar no longo prazo.

É possível haver desenvolvimento quando somente 47,7% de Alunos que iniciam o estudo fundamental o concluem? O currículo Escolar contém excesso de conteúdo enciclopédico, sem aprofundamento de conceitos, e não proporciona autonomia de escolha frente aos projetos de vida dos jovens.

É preciso fortalecer o magistério. Não é possível exigir do mestre cada vez mais carga horária e mais responsabilidade, com baixos salários e instrumentos de trabalho cada vez mais escassos. O futuro do país se ilumina cada vez que um Professor recebe



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

melhor treinamento, tem plano de carreira, melhora seu status e aumenta sua presença social.

O Professor tem direito, como todo cidadão, de participar da política, mas tem a obrigação de ampliar nos Alunos o conceito de politização, mais além da militância partidária, e não através de proselitismo ou dissimulação. Cabe à Escola formular o bom conceito da política, transferindo a ideia do poder sobre as pessoas para o do poder com as pessoas. As Escolas são o melhor lugar para se aprender ética na política. O que é um comportamento ético? Esse conceito, flexível e cultural, deve ganhar mais importância na medida em que o Professor ajuda o estudante a compreender o valor das coisas.

O Ensino moderno é um processo inacabável. É necessário oferecer conhecimentos inseparáveis do destino do trabalho e do empreendedorismo. Educação, enfim, para a democracia, de olhos abertos para a inovação e às necessidades do nosso povo. Ninguém perde conhecimento quando o compartilha.

A Escola precisa ser uma comunidade comprometida com seus fins e, para isso, precisa de Professores valorizados que entendam sua missão, sejam capazes de exercer liderança, relacionar-se bem com a sociedade e mostrar resultados. Só assim nos livraremos de falsos slogans e poderemos pensar em ser uma pátria Educadora.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/01/2015
Assunto: Recursos		Página: Online



PETRÓLEO EM QUEDA REDUZ RECURSO PARA EDUCAÇÃO

Queda dos preços internacionais do barril e impasses jurídicos sobre as novas regras de distribuição de royalties indicam um cenário pouco otimista de arrecadação

Fonte: Valor Econômico (SP)

Na cerimônia de posse de seu novo mandato, a presidente Dilma Rousseff deixou claro que a Educação será a "prioridade das prioridades" dos próximos quatro anos e que o governo conta com volumes "mais expressivos" do Fundo Social dos royalties do petróleo para aumentar os investimentos na área educacional.

A queda dos preços internacionais do barril, impasses jurídicos sobre as novas regras de distribuição de royalties e a redução esperada no ritmo de investimentos na indústria de óleo e gás, contudo, indicam um cenário pouco otimista de arrecadação de receitas para o fundo.

A proposta orçamentária de 2015, por exemplo, toma como referência o preço do barril a US\$ 86 e o dólar a R\$ 2,57, ao propor R\$ 6,98 bilhões do Fundo Social para a Educação, considerando as receitas oriundas da produção no pré-sal, pós-sal e campos terrestres. O valor é menor que a dotação prevista na primeira proposta (R\$ 8,74 bilhões), com o barril a US\$ 107 e dólar a R\$ 2,45.

Essa revisão das projeções já reduziu o total em R\$ 1,76 bilhão, mas isso pode ser ampliado, já que o valor atribuído ao barril está bem acima das estimativas de preços do petróleo para o ano. De acordo com a Agência de Informação sobre Energia dos EUA (EIA), a média de preços do tipo Brent deve girar em torno de US\$ 58 em 2015 e US\$ 75 o barril em 2016, bem abaixo dos preços dos últimos anos (acima de US\$ 100).

"Os royalties são uma mistura de produção, câmbio e cotação do barril. Em 2015, a tendência é que o preço do petróleo jogue contra. O câmbio está valorizado e a produção deve crescer, mas não o suficiente para anular os efeitos da queda do preço do barril", prevê Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), que projeta uma queda na arrecadação geral de royalties e participação especial da ordem de 30% a 40% este ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Estudos do pesquisador José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), preveem redução de até 58%, a depender do cenário projetado. Num cenário mais próximo dos preços atuais do Brent, com o barril a US\$ 50, a previsão é de recuo de 35,2% na arrecadação, com base num câmbio a R\$ 2,70. Para Afonso, a redução esperada do ritmo de investimentos da Petrobras também muda o cenário de arrecadação para os próximos anos.

Em 2013, quando a presidente sancionou a Lei 12.858/2013, que destina 50% das receitas do Fundo Social para a Educação, Dilma projetou investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões na área educacional em 2015, considerando-se apenas a arrecadação do fundo a partir da produção no pré-sal. Para 2016, estavam previstos R\$ 6 bilhões e para 2018, R\$ 13 bilhões (equivalente a 12% do orçamento da Educação deste ano).

Observando apenas os valores relativos ao pré-sal, a versão inicial do Orçamento de 2015, feita em meados de 2014, previa que o Fundo Social destinasse R\$ 2,8 bilhões da produção para a Educação, a partir do preço do barril a US\$ 107 e o dólar a R\$ 2,45. Com o barril a US\$ 58 e mantido o câmbio original, a previsão se reduziria a R\$ 1,5 bilhão. O dólar em alta não deve ser suficiente para atenuar a forte queda do barril.

"A drástica redução dos preços do petróleo e a crise de governança e financeira da Petrobras não autorizam um cenário otimista, como o que se podia traçar até meados do ano passado. O cenário ficou bem mais sombrio para rendas de petróleo", diz Afonso.

De acordo com o Plano de Negócios 2014-2018 da Petrobras, 23 plataformas estão previstas para entrar em operação entre 2015 e 2018 e aumentar em cerca de 1 milhão de barris/dia a produção no país. A redução do ritmo de investimentos anunciado pela estatal e as dificuldades financeiras de fornecedores encarregados de construir sondas e plataformas, no entanto, trazem incertezas às metas de crescimento da produção.

Além da queda do preço do barril e da crise da Petrobras, um imbróglio judicial em torno da divisão dos royalties também promete dificultar os planos do governo de aumentar os investimentos na Educação a partir dos recursos da produção petrolífera. Desde 2013, liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspende parcialmente os efeitos da Lei 12.734/2012, que fixa novos percentuais de distribuição de royalties e participação especial. A decisão impede que o Fundo Social arrecade recursos da produção no pós-sal.

Com a liminar do STF em vigor, coexistem hoje duas regras diferentes para a distribuição dos royalties e participação especial a partir da produção em mar: uma para os campos do pós-sal, sujeitos, por efeito da liminar, à divisão da legislação antiga (segundo o qual as receitas da União são distribuídas entre os ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia); e uma regra para os campos do pré-sal, com base na Lei 12.858/2013, que destina 100% das receitas da União com o pré-sal para o Fundo Social. Quando a Lei 12.374/2012 começar a valer na íntegra,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

essa coexistência se encerra e toda a arrecadação da União com a produção em mar, seja no pós ou pré-sal, passará a compor o fundo.

Na prática, a liminar impede a arrecadação integral do Fundo Social prevista no Orçamento. Os efeitos foram sentidos em 2014, quando o Fundo Social arrecadou R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão foi executado pelo Ministério da Educação. Embora representativo, o montante foi bem inferior aos R\$ 6,7 bilhões estimados no Orçamento.

"Na proposta orçamentária, o governo supõe a queda da liminar. Com a liminar, a distribuição dos royalties volta a seguir a legislação antiga e a ser destinada, em parte, para os órgãos originais, como o Meio Ambiente e Minas e Energia", explica Cláudio Riyudi Tanno, consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 27/01/2015
Assunto: Investimentos		Página: on-line



EDUCAÇÃO BÁSICA PERDE PARTICIPAÇÃO NOS GASTOS TOTAIS DO MEC

Transferências para educação básica caíram de 23% do orçamento autorizado da educação em 2011 para 15% no ano passado. Os dados são da plataforma Mosaico, organizada pela FGV-DAPP

Apesar do ensino fundamental e do médio representarem grandes gargalos educacionais para o país, com baixos indicadores de qualidade e também de acesso, a proporção do orçamento da área reservada para a educação básica diminuiu ao longo dos anos do governo Dilma Rousseff (PT). Gastos com educação profissional e ensino superior avançaram no período, segundo análise do orçamento por função.

No primeiro ano do governo, em 2011, as Transferências para Educação Básica (gastos com convênios com Estados e Prefeituras, por exemplo) representavam 23% do orçamento autorizado da educação. No ano passado, o percentual passou a 15%. Os dados são da plataforma Mosaico, organizada pela FGV-DAPP.

Leia também:

Nos 4 anos de Dilma, MEC teve a pior execução de orçamento desde 2001

Se levar em consideração apenas o gasto pago, essa despesa representou 14% do total executado. As transferências significaram 11,2 bilhões de reais no ano de 2014, montante 19% menor do que o transferido em 2011 (em valores atualizados pela inflação). A chamada subfunção Educação Básica também teve participação menor no orçamento. Os gastos com esse tópico representavam 8,33% do total pago da educação de 2012, primeiro ano em que essa classificação foi usada. Em 2014, caiu para 7%, com gastos de 5,4 bilhões de reais - o mesmo volume de 2012, quando feita a correção pela inflação.

Segundo o coordenador da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Daniel Cara, as informações são preocupantes. "Existe uma contradição entre o discurso do governo e o nível de execução do orçamento. Mas na educação básica está maior. Significa que os programas do governo não estão dando conta de suprir as necessidades, os convênios não estão saindo", diz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado, impõe entre as metas a maior colaboração da União nos gastos. Hoje, Estados e municípios arcam com os maiores gastos da educação básica.

O MEC defende que os recursos para a educação básica estão aumentando. A partir de outro recorte do orçamento, que inclui merenda escolar, por exemplo, indica que os gastos passaram de 22 bilhões de reais em 2011 para 30 bilhões de reais em 2014. Mas também nesse recorte a comparação com o geral reflete queda proporcional: passou de 33%, em 2011, para 31%, em 2014, sobre o total.

Superior — Enquanto a participação da educação básica diminui, duas bandeiras do governo Dilma ganham espaço: o financiamento estudantil (Fies) e o ensino profissional, cuja maior estrela é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A participação dos gastos com Ensino Profissional sobre o total pago passou de 8% em 2011 para 13% em 2014, chegando a 10 bilhões de reais. Já os serviços financeiros de empréstimos passaram de 5,69% para 14,89%, com 12 bilhões de reais pagos.